

A Concepção Pedagógica de Jorge Benci para os Escravizados Coloniais

Ana Palmira Bittencourt Santos Casimiro – UESB/UFBA

Durante o período colonial, mais precisamente, no início do século XVIII, apesar da existência de alguns manuais de instrução próprios para a evangelização dos negros, não se pode falar de uma concepção pedagógica para os escravizados negros. No caso, o que aparecia, à primeira vista, era um emaranhado de concepções, onde aspectos pedagógicos, justificativas econômicas e preocupações religiosas estavam estreitamente ligados entre si, dificultando o entendimento da questão que agora é posta.

Essa educação religiosa era diferenciada, nas leis e na prática, pois, enquanto os filhos da elite eram alvo de uma educação preparatória para o poder, as classes populares tinham acesso apenas aos rudimentos escolares: isto é, ler, escrever e contar. A educação religiosa dos primeiros, ministrada nos colégios, nos seminários e na Universidade de Coimbra, com conteúdos de gramática, filosofia, humanidades e artes, completava-se com o estudo de cânones e teologia. A educação religiosa dos segundos, a maioria da população, ministrada nas missões, nos engenhos e nas igrejas, ensinava apenas o catecismo preparatório para o batismo, para a vida cristã e para cumprir os deveres para com Deus e para com o Estado.

Aliás, não poderia ser de outra forma, uma vez que essa situação era reflexo de todo um abismo social, no qual espaços sociais diferentes eram dados para a prática religiosa (irmandades dos brancos e irmandades dos negros); as procissões eram hierarquizadas a partir do lugar social; as missas e, conseqüentemente, os sermões, eram ministrados em espaços diferentes e de forma diferente; e, até o tempo livre para dedicação ao culto divino era diferente.

Essa pedagogia religiosa preparava, simultaneamente, os senhores e os escravos, os poderosos e os subjugados, os mestres e os alunos. Educava para a perpetuação da instituição Igreja, para o êxito da empresa colonial, para a manutenção do status quo de um pequeno grupo, e para a instauração de formas de mentalidades que ultrapassaram as barreiras daquele período e que perduram, até hoje, como traços característicos da sociedade brasileira. Educava, enfim, 'para a maior glória de Deus e da Igreja'.

Como documento importante daquele tempo, a obra do jesuíta italiano Jorge Benci, *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos*, 4 sermões transformados em livro e publicado no ano de 1700, traz algumas luzes sobre a concepção pedagógica jesuítica para a educação dos negros, no contexto cultural da Bahia colonial.

Esta obra se reveste de múltipla importância: primeiro, porque a licença concedida por seus superiores para a publicação indicam, de certa forma, a opinião dos jesuítas e da Igreja Católica sobre o assunto. Segundo, porque, diretamente, a obra de Benci influenciou na elaboração das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, conjunto de leis religiosas, promulgadas em 1707, que regeram toda a vida social colonial. A *Economia Cristã* também influenciou, seguramente, obras posteriores como, por exemplo, a obra *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*, publicada em 1711 pelo companheiro e amigo de Benci, João Antônio Andreoni, vulgo Antonil, e a obra *O Etíope Resgatado Empenhado*, sustentado, corrigido, instruído e libertado, escrita na Bahia, em 1756, e publicada em Lisboa dois anos depois pelo bacharel e sacerdote português Manoel Ribeiro Rocha.

Além disso, a *Economia Cristã* propõe uma dupla pedagogia: orienta os senhores e preconiza uma educação para o escravo, desdobrada em categorias a partir de três obrigações que o senhor deve dar ao escravo: "O trabalho, o sustento e o castigo: e que todas três são igualmente necessárias, para que plena e perfeitamente satisfaça ao que como senhor deve ao servo. Porque sustentar ao servo sem lhe dar ocupação e castigo, quando o merece, é querê-lo contumaz e rebelde; e mandá-lo trabalhar e castigar, faltando-lhe com o sustento; é coisa violenta e tirana" (Benci, 1977, p. 49).

Pode-se dizer que, na literatura religiosa colonial, a obra de Jorge Benci foi a única que, além de se posicionar contra os excessos da escravidão, estabeleceu um conjunto pedagógico para orientar o senhor no trato e na educação dos seus escravos. O texto menciona aspectos do cotidiano e da mentalidade, pontifica uma pedagogia religiosa, adaptando-a à situação colonial, ao mesmo tempo em que reafirma conceitos bíblicos e sapienciais que remontam às origens da humanidade. São duas pedagogias que se interpenetram: a pedagogia de Benci e a pedagogia do contexto colonial como um todo. Se dirigem, na prática, para o mesmo objetivo: a formação da mão de obra colonial.

Benci enfocou a escravidão sob um prisma original, didático e reformista onde, ao mesmo tempo em que admoestava o senhor, estabelecia, outrossim, normas para a educação dos escravos. Benci não teve o propósito de condenar explicitamente a instituição da escravidão mas, de denunciar as atrocidades cometidas pelos senhores. Sua intenção principal foi a de propor medidas e normas para reformarem os moldes da escravidão. “Tomei por assunto, e por empresa dar à luz esta obra, a que chamo ‘Economia Cristã: isto é, regra, norma, modelo, por onde se devem governar os senhores Cristãos para satisfazerem às obrigações de verdadeiros senhores” (Benci, 1977, p. 49)

O conjunto pedagógico sintetizado por Benci se ampara nos argumentos da Sagrada Escritura, da Patrística, da Escolástica, dos clássicos greco-romanos, do direito divino e natural, do direito romano e dos cânones da Igreja. Mas, se ampara, antes de tudo, no referencial bíblico, do Antigo Testamento. Tomando esses textos como base argumentativa, Benci, contraditoriamente, condena a escravidão segundo a visão humanística do Gênesis e a justifica, a seguir, utilizando conceitos culturais de povos que guerrearam outros povos, conquistaram, subjugaram, instituíram e legalizaram o cativo e a escravidão.

Dos Provérbios, o Missionário se refere ao capítulo 31, exemplificando a atitude da Perfeita Dona de Casa, ‘mulher talentosa que vale muito mais do que pérolas’, e tomada como modelo de como se tratar os escravos coloniais. Porém, é no Eclesiástico, como ele mesmo afirma, que vão ser buscadas as premissas da sua essência pedagógica, conhecida, posteriormente, como a pedagogia dos três pés $\frac{3}{4}$ pão, pano e pau $\frac{3}{4}$ com o qual os senhores deveriam tratar os seus escravos. Sobre o trato com o escravo o capítulo 33 do Eclesiástico diz o seguinte:

Para o asno forragem, chicote e carga; para o servo pão correção e trabalho. 26 Faze teu escravo trabalhar e encontrarás descanso; deixa livre as suas mãos e ele procurará a liberdade. 27 Jugo e rédea dobram o pescoço, e ao escravo mau torturas e interrogatório. 28 Manda-o para o trabalho, para que não fique ocioso, porque a ociosidade ensina muitos males. 29 Emprega-o em trabalhos, como lhe convém, e, se não obedecer, prende-o ao grilhão (Eclo 33, 25-29)

Benci diz, que fundará o seu discurso nessas três palavras que compreendem todas as obrigações que devem o senhor ao servo e que não são poucas. Essa tríade, pão, pano e pau, aparentemente um dito tão banal será, na verdade, a quintessência pedagógica do tratado do missionário. Assim, a multiplicidade, de forma e conteúdo barrocos, desenvolvida por Benci vai estar, em toda a obra, subordinada a essa idéia central que é a pedagogia dos três pés.

É, pois, no capítulo 33 do Eclesiástico, cujas categorias ‘pedagógicas’ mencionadas, segundo Benci, são as mesmas de Aristóteles, que o autor vai buscar o seu modelo $\frac{3}{4}$ o mais autoritário e, certamente, o que ele considerou mais adequado para reformar a escravidão colonial: “Estas mesmas obrigações, que achou nos senhores o Eclesiástico por instinto do Espírito Santo, alcançou Aristóteles com a luz da razão natural. Porque, dando as instruções necessárias aos pais de famílias para a boa administração de suas casas, chegando ao ponto de como se há de haver o senhor com os servos, diz que lhes deve três coisas, que são o trabalho, o sustento e o castigo” (Benci, 1977, p. 49).

Trata-se, portanto, de uma proposta pedagógica contendo o que, na linguagem atual, chamar-se-iam de princípios pedagógicos, pressupostos da aprendizagem, regras, missão, objetivos, conteúdos, métodos e técnicas, avaliação e normas disciplinares. Princípios estes preconizados e destinados, no livro exclusivamente, para o ‘adestramento’ dos referidos escravos por seus senhores. Essa dupla concepção pedagógica, teve um objetivo colonizador, missionário e evangélico, ‘para a dilatação da Fé e do Império’ e se assemelhou, em alguns aspectos, a outras pedagogias ministradas na Colônia. Deteve, contudo, especificidades próprias, uma vez que foi elaborada segundo uma determinada perspectiva e se destinava a uma clientela também específica.

BIBLIOGRAFIA

ANTONIL, André João (João Antônio Andreoni). Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas..Lisboa, 1711. São Paulo: Melhoramentos/INL; 1976.

BENCI, Jorge (S.J.). Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos (livro brasileiro de 1700) Estudo preliminar de Pedro de Alcântara Figueira e Claudinei M.M. Mendes. São Paulo: Grijalbo, 1977.

FRAGOSO, Hugo (OFM). O Etnocentrismo na Primeira Evangelização do Brasil. In: Convergência. Junho, 1990, ano XXV, número 233, pp.289-303.

ROCHA, Manoel Ribeiro da. O Etíope Resgatado, Empenhado, Sustentado, Corrigido, Instruído e Libertado: discurso sobre a libertação dos escravos no Brasil de 1758. Organização, introdução e notas de Paulo Sues. Petrópolis: Vozes/CEHILA, 1992.

VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720. São Paulo: Tip.2 de Dezembro, 1853.